Universidades Lusíada

Carvalho, Conceição Pereira de

Pragmatismo, creatividade e preservação

http://hdl.handle.net/11067/4884

Metadados

Data de Publicação 1999

Tipo bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T01:39:26Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

PRAGMATISMO, CREATIVIDADE E PRESERVAÇÃO

CONCEIÇÃO PEREIRA DE CARVALHO

Para o cidadão comum, a cidade apresenta-se hoje como um espaço difuso, fragmentado, tendo como centro os seus lugares de pertença e referência, ligados estes entre si por percursos complicados pela complexidade do trânsito, e indiferenciados pela habituação instalada do sobrevoar dos cenários resultantes da urgência de alcançar os destinos.

A cidade, porém, é bem mais do que isso, mais do que uma imposição urbanística de módulos arquitectónicos, detentores de mais ou menos potencialidades, que se oferecem à criatividade dos cidadãos.

A consciência de que o desenho de uma rua, representa não apenas a descrição temporal de um percurso, mas também a definição de uma maior ou menor apetência para que seja frequentada, ou de que um edifício, um quarteirão ou um bairro podem apelar a algo mais do que ao pragmatismo da nossa racionalidade, é uma obrigação cívica dos obreiros das cidades.

A urgência dos pós-guerras, que arrebatou o tempo de que a arte urbana necessita para amadurecer e dar fruto conduziu ao apogeu da mecanicidade das colmeias urbanas e às variações críticas que, pelo próprio facto de serem apenas críticas, não se afastaram totalmente do modelo. O fenómeno ultrapassou, como se sabe, os países massacrados pelos bombardeamentos e beneficiados pelo Plano Marshall, implantando-se como um avanço urbanístico em espaços em que a ausência das problemáticas, que o haviam motivado, lhe retiravam o sentido. Também as concepções administrativas das cidades americanas, pelo peso do progresso que a sociedade americana representa no mundo ocidental, e não só, acabariam por desviar a cidade europeia dos seus valores qualitativos, para fazer emergir opções quantitativas, cujos valores fundamentais residem na relação entre a dimensão do espaço e a sua valorização económica, através da densificação demográfica da sua utilização e da rentabilidade

daí resultante. Assim, " a redução semântica do urbano ao binómio produção-consumo equivale a encontrar o sentido apenas no racional, no económico, enfim, no operacional", no aceitar como um dado de facto a identificação do sentido urbano ao funcional e ao económico.[1] Numa tal cidade, argumenta Simmel, a medida de todas as coisas é feita em termos de quantidades, primordialmente de dinheiro, e perde-se todo o sentido das qualidades. Desta indiferença resulta uma profunda reserva e a aversão ao contacto com os outros. Nunca mostrando emoções, a pessoa torna-se invisível na cidade, num comportamento reservado que visa individualizar a liberdade intelectual e cobrir substancialmente as diferenças.[2]

Os arquitectos são os conceptualizadores dos espaços que nos são oferecidos como potenciais conteúdos de vivências. Algumas vezes, a sua posição parece inverter-se, remetendo-os para o lugar de servidores de conceitos que o uso destituiu de conteudo e transformou em chavões administrativos.

Questões essenciais e pragmáticas como o realojamento de famílias e grupos a viverem em condições degradantes só revertem verdadeiramente as situações quando correspondem a um conhecimento efectivo das populações a realojar por parte dos arquitectos. Transformar 'ghettos' horizontais, cujas áreas de expansão são a rua, em 'ghettos' verticais onde os problemas se acumulam em asfixia permanente[3] , não é solucionar, mas antes ser cúmplice num segredo. A falta de consulta com os futuros inquilinos no processo de design, concebido para a arquitectura de habitação de massas, quase sempre reflecte mais as preocupações dos promotores do que as dos futuros habitantes.[4]

Também inseridas no pragmatismo das soluções, dão que pensar muitas das habitações em T, que não deixam aos potenciais habitantes um mínimo de criatividade relacionada com a hipótese de alteração da vivência dos espaços domésticos, todos eles pré-destinados de maneira ditatorial. O espaço concebido pelo projectista para quarto de dormir nunca poderá ter outra função para além da que lhe foi atribuída e, na maioria dos casos, o leito apenas poderá ocupar a parede que lhe foi destinada, já que uma é a da janela, outra a da porta e a terceira é ocupada pelo roupeiro. Seria interessante 'radiografarmos' alguns edifícios e

verificar como numa dezena de andares, em todos os apartamentos do mesmo tipo, móveis e equipamentos com as mesmas funções se alinham nos mesmos lugares, independentemente de qualquer consenso inter-habitantes. Mais curioso seria reflectir sobre as razões que levaram a substituir a criatividade do mobiliário tradicional pelo pragmatismo industrial dos roupeiros. Indústrias como as dos roupeiros e das cozinhas - apesar da variedade de funções que hoje têm o seu desempenho no espaço da cozinha ... - limitam não apenas a intervenção dos arquitectos mas também a capacidade de escolha dos potenciais habitantes. Mesmo quando a liberdade é possível, a imposição psicológica do que é 'moda' é fortemente condicionante, sempre que a conscencialização não for suscitada. Não será a falta de tempo de uns e de outros, a correria da vida moderna, que poderá justificar por si só as opções pelo 'ready-made'. Os principais motivos são outros e contam com a condescendência e abdicação dos arquitectos e a adaptação à oferta por parte dos aquisidores. Poucos são os que mandam retirar o roupeiro ou conceber uma cozinha onde os equipamentos se insiram em modelos individualizados em vez de modelos massificados e em que a multiplicidade das potenciais funções seja contemplada. Poderá argumentar-se que a individualização encarece o espaço. Rebatemos essa justificação com a certeza de que a arquitecto criativo retirará gozo de, pelo menos de vez em quando, conceber 'o diferente' contrariando o massificado. Afinal, se a esperança de vida é cada vez maior, o que é que nos leva a pensar que o nosso tempo vale mais hoje do que antes?

A criatividade do arquitecto tem para nós, habitantes da cidade, o efeito exercido pelo cenógrafo sobre o humor dos actores e do público que simultaneamente participam da representação. A arquitectura pode proporcionar um cenário sobre o qual as acções adquiram significado, afectando significativamente o modo como as pessoas são vistas e como as relações humanas são compreendidas[5] . A monotonia, a aridez e a indiferença, não estimulam no cidadão a urbanidade como preceito cultural da manutenção de um espaço assumido como seu. A carência de elementos de interesse reduz o empenho na manutenção da qualidade do espaço. Um espaço urbano sem qualidade pode servir para tudo, desde o estacionamento anárquico até ao

abandono do lixo, passando pelo exercício de atitudes marginais.

Mas sabemos também que a cidade é uma história contada através de edifícios, percursos e opções. É nessa história que reside a identidade das cidades. Falseá-la é um pretensiosismo, anulá-la é uma negação. A preservação dos espaços não deverá talvez estar nem à mercê de uma uniformidade de critérios que ignore as razões particulares dos valores inerentes a edifícios e sítios específicos, nem poderá resultar de uma isenção de critérios em que o valor atribuído substitui o valor real. Lembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. A continuidade própria depende absolutamente da memória. Contudo, tal como diz David Lowenthal em *The Past is a Foreign Country*, a longevidade da memória também afecta os julgamentos ácerca do que deve permanecer do passado e do que lhe deve ser deixado. Num artigo já antigo do *The Times*, o articulista sugere que a demolição e reconstrução em Bloomsbury terão deixado os remanescentes georgianos tão patéticos que aqueles das gerações anteriores que se lembravam das praças tal como eram viam pouca vantagem em tê-las salvo da ruina. Por contraste, os habitantes mais recentes e mais jovens e os visitantes que não podiam relembrar "the good old days" teriam acarinhado zelosamente os poucos tesouros que restaram.[6] Talvez o mesmo venha a acontecer com o Chiado... E talvez não importe, já que a realidade da vida é sempre património, sendo este verticalmente indivísivel.

Acontece que, como escreve Jane Jacobs, as cidades são problemas de uma complexidade organizada, apresentando situações que variam quantitativa e simultaneamente de formas inter-relacionadas e subtis. As cidades, como a vida, não exibem apenas *um* problema numa complexidade organizada que, se compreendido, explica tudo. Elas podem e devem ser analisadas através de muitos problemas e segmentos que, tal como acontece com as ciências da vida, estão relacionados uns com os outros. As variáveis são muitas e estão inter— relacionadas num todo orgânico que não pode ser ignorado[7] . Entre o acolhimento, a

imaginação e a tradição, a cidade pode, ainda, ser o lugar humano por excelência.

NOTAS:

[1] Bragança de Miranda J., "Introdução aos problemas metodológicos de uma simbólica urbana" in *Sociedade e Território*, nº1, Março 1984, Porto, p.71

[2] Forty, A., "The city without qualities" in *Architecture and the Sites of History*, ed. I.Borden & D. Dunster, Oxford. 1995. p.311

[3] Tenhamos presentes, entre outros, os casos de Chelas e do Alto da Eira.

[4] Kerr,J., "Patching the Future" in *Architecture and the Sites of History*

[5] Forty, A., "Versailles - a Political Theme Park?" in *Architecture and the Sites of History*, ed. I.Borden & D.Dunster. 1995. p.63

[6] David Robinson, "The film immutable against life's changes", *The Times*, 7 Dez. 1983, p.11

[7] Jacobs,J., *The Death and Life of Great American Cities* , ed. Jonathan Cape, London 1962